



# Prefeitura Municipal de Igaratinga

## Estado de Minas Gerais

### CONTRATO DE RATEIO N° 45/2017

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARATINGA

CONTRATO DE RATEIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM,  
COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO IGARATINGA,  
E COMO CONTRATADA, A INSTITUIÇÃO DE  
COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO  
PARAOPEBA – ICISMEP, EM CONFORMIDADE COM  
AS CLÁUSULAS ABAIXO:

#### CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS

##### 1.1 – DO CONTRATANTE

O Município de Igaratinga (MG), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.313.825/0001-21, com sede na Rua Manuel de Assis, nº 272, centro, no Município de Igaratinga, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o **SR. RENATO DE FARIA GUIMARÃES**.

##### 1.2 – DA CONTRATADA

**INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP**, com sede na Rua São Jorge, nº 135, Bairro Brasileia, na cidade de Betim-MG, CEP 32600-284, Fone (31) 2571-3026, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10 e Isenta de Inscrição Estadual, neste ato representado por seu Secretário Executivo o **SR. JOÃO LUIZ TEIXEIRA**.

##### 1.3 – DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre da Lei Federal nº 11.107/2005, especificamente no art. 2º, §1º, III e art. 8º, do Decreto Federal nº 6.017/2007 art. 13º e ss., da 7ª Alteração do Contrato da INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP atualizado e consolidado e da Lei Municipal nº 1.287 de 15 de outubro de 2014.

#### CLÁUSULA II - DO OBJETO

2.1 – O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio da INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA - ICISMEP, englobando as despesas de pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, tais como materiais de consumo e outros serviços de terceiros – pessoa física e jurídica – assim como outras despesas de manutenção da estrutura administrativa da Instituição.

2.2 – É vedada a Instituição utilizar-se dos recursos recebidos por meio deste instrumento para realização de despesas em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida (despesas genéricas).

#### CLÁUSULA III – DAS ESPECIFICAÇÕES

Jackeline Ribeiro Teixeira  
OAB/MG 11.819



# Prefeitura Municipal de Igaratinga

## Estado de Minas Gerais

3.1 - O valor estipulado neste contrato representa a participação do Município de Igaratinga nas despesas do exercício financeiro de 2017 da Unidade Orçamentária Contrato de Rateio.

### CLÁUSULA IV - DAS NORMAS DE REPASSE DOS RECURSOS

4.1 – Os recursos financeiros repassados através de contrato de rateio serão debitados ou transferidos automaticamente em conta bancária do ente consorciado, após a sua devida autorização junto a instituição financeira indicada pela ICISMEP, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, atendidas as exigências dos estágios da despesa elencados na lei nº 4.320/64.

4.1.1 – Na impossibilidade de débito ou transferência automática, deverá o Município repassar mensalmente, através de transferência bancária convencional os recursos de rateio dentro do prazo estabelecido no item 3.1, cabendo ao Ente Consorciado arcar com custos provenientes da transação bancária.

4.2 - Para cumprir com o estabelecido no item 3.1 desta cláusula, o contratante deverá autorizar a instituição financeira a repassar os recursos financeiros automaticamente.

4.3 – É vedada a aplicação dos recursos repassados para o atendimento de despesas genéricas, nos termos do art. 15, do Decreto Federal nº 6.017/2007, incluindo transferências ou operações de crédito.

### CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Encaminhar a execução orçamentária dos recursos entregues em virtude do contrato de rateio para consolidação nas contas do Município, com as informações necessárias à elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária, nos termos da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 72, de 01 de fevereiro de 2012, até quinze dias após o encerramento do período de referência.

### CLÁUSULA VI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 - O Contratante efetuará os repasses à Contratada **até 5º (quinto) dia útil** do mês corrente.

### CLÁUSULA VII – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - O presente Contrato irá viger de **1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017**.

7.2 – O presente Contrato de Rateio não comporta prorrogação, devendo ser formalizada em cada exercício financeiro, observadas as normas orçamentárias e financeiras pertinentes.

### CLÁUSULA VIII - DO VALOR

Jackeline G. Dias Teixeira  
Nº Inscrição: 134.819  
OAB/MG

J. Ferreira



# Prefeitura Municipal de Igaratinga

## Estado de Minas Gerais

8.1 – O valor global do presente contrato de rateio é de R\$79.672,13 (setenta e nove mil, seiscentos e setenta e dois reais e treze centavos), sendo composto em:

8.1.1 – O valor referente aos repasses financeiros a serem efetivados pelo Município à Instituição perfaz o montante global de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), destinados a 12 (doze) repasses mensais no importe de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

8.1.2 – O valor global estimado da apropriação da retenção do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos pela Instituição é de R\$19.672,13 (dezenove mil, seiscentos e setenta e dois reais e treze centavos).

## CLÁUSULA IX - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes do rateio de recursos financeiros, objeto deste contrato, correrão à conta de Dotação Orçamentária nos seguintes termos:

9.1.1 - Dotação: 07.01.10.302.2705.2.068-03.1.71.70.00.00.00.00 - (ficha 354) – 30.603,28 (trinta mil, seiscentos e três reais e vinte e oito centavos);

9.1.2 - Dotação: 07.01.10.302.2705.2.068-3.3.71.70.00.00.00.010 – (ficha 356) – R\$ 49.068,85 (quarenta e nove mil, sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos);

9.2 – Conforme previsão legal, constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

## CLÁUSULA XI - DA RESCISÃO

**10.1 - A rescisão do presente Contrato poderá ser:**

10.1.1 - Determinada por ato retirada ou exclusão do CONTRATANTE do Consórcio.

10.1.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração.

10.1.3 - Judicial, nos termos da legislação.

10.2 – Considerando que o município consorciado, através do Contrato de Consórcio Público, se comprometeu na manutenção da ICISMEP em conjunto com os demais municípios consorciados subscritores, devendo zelar pela continuidade do mesmo e pela pontualidade dos repasses. Assim, em caso de desligamento injustificado do município, o mesmo deverá arcar com a integralidade das responsabilidades assumidas neste Contrato, como forma de manutenção do equilíbrio financeiro da Instituição.

*Jackeline G. da C. Teixeira  
OAB/MG 124.819*



## Prefeitura Municipal de Igaratinga Estado de Minas Gerais

10.2.1 – Casos excepcionais poderão ser apreciados e decididos pela Assembleia Geral, inclusive quanto aos pagamentos aqui firmados.

### CLÁUSULA XI - DAS PENALIDADES

11.1 - Havendo atraso por parte do ente consorciado nos pagamentos das parcelas aqui ajustadas, o valor devido sofrerá a incidência de atualização monetária, tendo como termo inicial de incidência o dia previsto para o pagamento e, como termo final, a data do efetivo pagamento. Essa atualização se fará pelo número de dias em atraso (*pro rata temporis*) e pelo INPC, divulgado pelo IBGE ou, sem sua falta, por outro índice legal de atualização aplicável e vigente na data do pagamento.

### CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – Aplicam-se ao presente contrato e tem-se como base de interpretação do mesmo, os dispositivos da Lei nº 11.107/2005 e do seu Decreto Regulamentador nº 6.017/2007, aplicando-se, na ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e, supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

### CLÁUSULA XIII - DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Pará de Minas (MG) para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratadas, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Igaratinga-MG, 16 de janeiro de 2017.

  
RENATO DE FARIA GUIMARÃES  
PREFEITO MUNICIPAL DE IGARATINGA

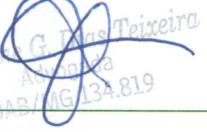
  
JOÃO LUIZ TEIXEIRA  
SECRETÁRIO EXECUTIVO – ICISMEP

  
Wellington Amaral Costa de Almeida  
Procurador do Município

#### TESTEMUNHAS:

1 -   
Nome completo:  
Maria Luisa Faria Silva  
Matrícula: 1855-4

2 -   
Nome completo:  
CPF: 051.423.286-20

  
Jackeli G. Teixeira  
Advogada  
OAB/MG 134.819